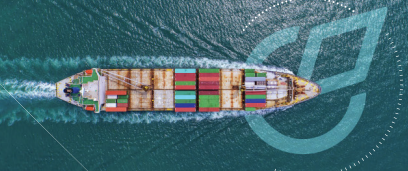


OURIBANK S.A. BANCO MÚLTIPLO
CNPJ: 78.632.767/0001-20



Resultados 2025

+ de **850.000**
clientes atendidos

+ de **2,35 MM**
de operações de câmbio

R\$ 3,7 Bi
de ativos

160,96 Bi R\$
transacionados em câmbio

Rating A.br
com perspectiva positiva Moody's

91,1%
de ROAE

15,83%
de Índice de Basileia

1º Lugar
pelo 3º ano consecutivo como banco de maior rentabilidade operacional

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SEMÓFROS ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O Ouribank S.A. Banco Múltiplo ("Ouribank") é movido por performance para impulsionar tanto seu negócio como o de seus clientes e parceiros, entregando experiência, confiança e atendimento fluido e especializado para impulsionar nossos clientes e a carreira dos nossos colaboradores e talentos. Em 2025 continuamos nossos esforços estratégicos para nos posicionar com um banco completo, tecnológico e próximo aos nossos clientes. No segundo semestre de 2025, a economia mundial passou a mostrar sinais de fôlego após a recuperação moderada observada na primeira metade do ano. A atividade global foi marcada por crescimento desigual entre regiões, com sinais de leve desaceleração nos Estados Unidos e na Europa, enquanto a China seguiu enfrentando fragilidades estruturais. A inflação continuou em processo de descompressão, mas de forma lenta e irregular, o que manteve uma postura mais cautelosa dos principais bancos centrais, adiando ou limitando movimentos de flexibilização monetária diante de riscos geopolíticos e de um ambiente comercial mais protecionista.

Nesse contexto, as economias emergentes passaram a enfrentar condições financeiras menos favoráveis, com maior volatidade cambial e fluxos de capital mais seletivos. No Brasil, após um primeiro semestre mais robusto, a atividade econômica entrou em trajetória de desaceleração ao longo do segundo semestre de 2025, refletindo os efeitos deflacionistas da política monetária restritiva, o encarecimento do crédito e a piora do ambiente externo. O mercado de trabalho permaneceu resiliente, mas com sinais de estabilização, enquanto a inflação seguiu acima da meta, sustentando a decisão do Banco Central de manter a taxa Selic em patamar elevado. No campo fiscal, a persistência das incertezas e a dificuldade de ancoragem das expectativas continuaram a limitar uma recuperação mais consistente da confiança e do investimento. Em relação ao desempenho financeiro, o Ouribank reportou lucro líquido de R\$ 259 milhões de reais, crescimento de 74,2% em relação a 2024. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 91,1%. A Moody's atribuiu ao Ouribank o rating de A.br com perspectiva positiva.

Com mais de 40 anos no mercado, Ouribank é um banco completo, líder em serviços especializados de câmbio. Com compromisso de transparência, seriedade e inovação, o Ouribank atendeu mais de 850 mil clientes e superou a marca de 2,35 milhões de operações de câmbio, totalizando mais de R\$ 160,96 bilhões de reais transacionados. A história do Ouribank é marcada pela excelência no atendimento personalizado, refletindo seu compromisso em inovar, trazer eficiência e superar as expectativas dos clientes. Desde o início, até hoje, a inovação, o atendimento, o jeito de fazer e as possibilidades que oferecemos aos clientes. Assim, o Ouribank caminha para o futuro e potencializa as oportunidades.

PESSOAS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
O Ouribank tem orgulho da colaboração entre áreas, equipes e pessoas que nos mantêm consistentes em tudo o que fazemos. É por meio dessa integração que conseguimos otimizar nossos fluxos de trabalho, trazer experiências e atendimento fluido para os clientes e, automaticamente, atingir resultados maximizados. Dentro do olhar de pessoas, seguimos investindo na capacitação e bem-estar de seus colaboradores. Essa proximidade nasce de dentro do Ouribank, pois, as pessoas vêm em primeiro lugar. É assim que se entende formando um ambiente de trabalho positivo para todos e ampliarmos nossos relacionamentos. Com uma equipe talentosa e engajada de mais de 440 profissionais, o Ouribank cresce proporcionando mais oportunidades e desafios para todos. Destaca-se iniciativas como a Universidade Ouribank, que oferece cursos de treinamento interno, além de oferecer programas de estudos para Graduação, Pós-Graduação ou MBA. Além disso, apoiamos o processo de certificações tão relevante em nossa atuação, somos cuidadosos com os programas regulatórios e, também, temos um pool de cursos obrigatórios. Hoje mais de 70% dos colaboradores são certificados com ABT1 e 2, além de outras certificações requeridas pelos reguladores.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

		Valores expressos em milhares de reais	
	Nota Explicativa	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
ATIVO			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	466.368	1.344.399
Disponibilidades		455.944	1.344.399
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		10.524	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo	1.796.402	1.796.402	1.796.402
Por Meio do Resultado		587.133	587.133
Títulos e Valores Mobiliários	8	32.859	32.859
Instrumentos Financeiros Derivativos	10	554.274	554.274
Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (PL)		1.209.269	1.209.269
Títulos e Valores Mobiliários	8	1.209.269	1.209.269
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		1.394.399	1.394.399
Relações Interfinanceiras	9	18.951	18.951
Operações de Crédito	11a	1.239.961	1.239.961
(-) Prov. p/perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	11f	(24.070)	(24.070)
Outros Ativos Financeiros	12	109.557	109.557
Ativos Fiscais Diferidos	13	37.558	37.558
Outros Valores e Bens	14	9.405	9.405
Investimentos	15	34.641	34.641
Imobilizado de Uso	15	8.325	8.325
Intangível	16	26.316	26.316
Depreciações e Amortizações		(15.722)	(15.722)
(-) Depreciações Acumuladas	15	(5.504)	(5.504)
(-) Amortizações Acumuladas	16	(10.218)	(10.218)
Total		3.673.051	3.673.051

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Valores expressos em milhares de reais					
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
			Legal	Especiais			
Saldos em 30 de Junho de 2025		111.000	22.200	166.079	398	299.577	299.577
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966		-	-	-	-	(424)	(424)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	154.323	154.323
Destinação das Reservas de Lucros:							
• Reserva Especial de Lucros		-	-	99.388	-	(99.388)	-
• Dividendos	26c	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
• Dividendos mínimos obrigatórios	26c	-	-	38.581	-	(38.581)	-
• Juros sobre o Capital Próprio	26c	-	-	-	-	(15.930)	(15.930)
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	(273)	(273)	(273)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		111.000	22.200	254.048	125	387.373	387.373
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		111.000	19.541	64.138	(295)	194.384	194.384
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966		-	-	-	-	(424)	(424)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	258.927	258.927
Destinação das Reservas de Lucros:							
• Reserva Legal		-	2.659	-	-	(2.659)	-
• Reserva Especial de Lucros		-	-	201.329	-	(201.333)	(4)
• Dividendos	26c	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
• Dividendos mínimos obrigatórios	26c	-	-	38.581	-	(38.581)	-
• Juros sobre o Capital Próprio	26c	-	-	-	-	(15.930)	(15.930)
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	420	420	420
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		111.000	22.200	254.048	125	387.373	387.373

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Ouribank S.A. Banco Múltiplo ("Ouribank ou Banco"), controlado pela Ourinvest Investimentos Holding Financeira S.A, mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (Bacen), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.278, sobrelajeira, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 11º andares - Edifício Ouribank - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras: (i) Comercial; (ii) Investimento; e (iii) Crédito e Financiamento, também possuindo autorização para atuar no mercado de câmbio. Além disso, o Banco realiza atividade de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consistentes com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e em consonância com a Legislação Societária. Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.941/09 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas sobre o pressuposto da continuidade operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e da Lei das Sociedades por Ações, e são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados. A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 20 de março de 2026.

3. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS

a. Transição para a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução CMN nº 4.975/21: O Ouribank adotou as novas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis: Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23, introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). A Resolução CMN nº 4.975/21 dispõe sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se: • Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Ouribank e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPJ"). • As receitas e os encargos atrelados diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivos; • Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativos financeiros" em oposição à suspensão de juros acumulados no período de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência. • Nossos critérios para mensuração de operações negociadas e reestruturadas; • Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que o Ouribank não tem mais expectativa de recuperação; e • Instruções Normativas BCB nº 493 e 434 de 2024. Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF. Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias). Com a aplicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (lesões), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, a razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do previsto de 1º de janeiro de 2025. **Adoção inicial:** O Ouribank adotou a disposição transitória presente no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram ser registrados em contrapartida na conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota "5".

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àquelas aplicadas às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2025. **a. Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional) Reais-Brasil. **c. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e a provisão para contingências e a marcação a mercado de instrumentos financeiros, derivativos e a projeção da realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas mensalmente. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por saldos em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com reversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias, a contar da data de aplicação, e baixa probabilidade de alteração do seu valor. **e. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **f. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **g. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, de hedge ou de proteção contra riscos (hedge). Os ajustes são contabilizados e tributados por competência. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge são contabilizados pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **h. Classificação dos Ativos Financeiros e dos Instrumentos Financeiros e Derivativos:** • **Cus-**

to Amortizado ("CA"): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juro. • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juro, quanto para a venda, e • **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** o ativo financeiro é gerido para transação de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (contra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mentidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juro, por falhar no teste de SPJJ. A classificação na categoria de CA ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros - "Teste SPJJ"). Para determinar o modelo de negócios, o Ouribank avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juro; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; • como os gestores do negócio são remunerados; e • como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPJJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juro. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao "Valor Justo por meio do Resultado". O Ouribank não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros de mensuração de valor justo no reconhecimento inicial. **Mensuração:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados: • **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas da intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas da intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato. • **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no resultado reconhecidos diretamente no resultado. • **Ativos financeiros ao custo amortizado:** os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no resultado reconhecidos diretamente no resultado. **Valor justo e hierarquia do valor justo:** Os ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros. • **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado. **Valor justo e hierarquia do valor justo:** Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Instrumentos Financeiros - Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado no preço de mercado, cotados na data do balanço. • **Instrumentos Financeiros - Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2. • **Instrumentos Financeiros - Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3. **Reclassificação dos instrumentos financeiros:** O Ouribank não reclassificou seus instrumentos financeiros no semestre apresentado. **Baixas dos instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação por extinta contratualmente ou liquidada. **1. Método de Taxa Efetiva de Juros:** A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas à originação das operações de crédito). Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. **1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** O Banco constituiu provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros: • Operações de crédito; • Outros ativos financeiros; e • Limites concedidos e não utilizados. O segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente o Ouribank possui operações em todas as carteiras ("C1" a "C5"). Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito: • **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 (da resolução). • **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal de juro. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisão determinando no anexo 1 (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas. • **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturadas ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 79 (da resolução). **h. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito:** O Ouribank considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos: Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, que poderá incluir: • Medidas Judiciais; • Ôbitos; • Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte; • Ope-

rações de fiança honrada; • Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte; • Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do instrumento mitigador. Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático. A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento. Os ativos financeiros são baixados para prejuízo, a partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação. O Ouribank deixa de reconhecer a operação como ativo problemático somente no caso de melhoria significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como "cura". Para fins de critérios de "cura", são consideradas as seguintes premissas: Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos; • Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento temporário (em dia de principal e encargos) por um período suficiente para indicar melhoria financeira significativa da contraparte (estudos estatísticos considerados, 3 meses de pagamento temporário para operações no geral e 6 meses de pagamentos temporários para operações reestruturadas); • Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais; • Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadrar a operação como Ativo Problemático. **1. Apuração das receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor justo ou de realização. As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

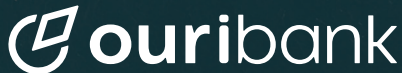
5. RECONCILIAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS COMPARATIVOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025

O Ouribank adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não reagentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram ser registrados em contrapartida a conta de sobras ou perdas acumuladas. A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está demonstrado na tabela a seguir:

Modalidades e Níveis de Risco Conforme Regulamentação Anterior	A	B	C	D	E	H	31/12/2024
Coatidade em 31/12/2024	199.852	88.106	164.302	11.805	407	695	464.157
Saldo de perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito em 31/12/2024	(994)	(881)	(4.497)	(1.181)	(122)	(685)	(8.360)
Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	Em R\$ mil	Em R\$ de Imposto	Em R\$ mil de Patrimônio Líquido				
Ajuste de Suspensão de Juros da Operações de Crédito	18	(8)					10
Perda de crédito espera para operações de crédito	(788)	355					(433)
Ajuste Lucro / Prejuízo	(770)	347					(424)

Os quadros abaixo apresentam os ativos financeiros e passivos financeiros classificados de acordo as normas vigentes até 31/12/2024 e as novas categorias de mensuração de acordo a Resolução CMN 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativos Financeiros	Classificação/Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Saldo em 1/1/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Disponibilidades	Caixa	Disponibilidade/Custo amortizado	604.687	-	604.687	Caixa e equivalentes de caixa ao custo amortizado
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Disponibilidade/Custo amortizado	56.553	-	56.553	Caixa e equivalentes de caixa ao custo amortizado
Operações de crédito	Operações de Crédito	Operações de crédito/Custo amortizado	232.570	-	232.570	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Títulos e Créditos a Receber	Operações de crédito/Custo amortizado	178.292	(178.292)	-	Ativo financeiro ao custo amortizado
	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Perdas esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado	(8.360)	-	(8.360)	Perda esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado
	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Per				



OURIBANK S.A. BANCO MÚLTIPLO

CNPJ: 78.632.767/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais

m. Ativos e Passivos fiscais diferidos: Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de junho de 2020, que determinam que o Banco deve atuar, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência e ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários são mensurados com base nas aliquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Os débitos tributários são constituídos com base nos passivos temporários com provisão dos tributos vigentes na data do exercício.

n. Bens não de uso próprio: Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. **o. Demais ativos circulares e realizáveis a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base *ordr ratio*) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável. **p. Permanente:** (ii) **Outros Investimentos** – A conta de outros investimentos está avaliada pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável. (iii) **Imobilização de Uso** – O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens. (ii) **Intangível** – São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de *softwares* e licenças de uso que são amortizados, considerando a vida útil-econômica dos ativos intangíveis. (iii) **Redução ao valor recuperável (impairment)** – É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. De acordo com avaliação do Banco, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2025, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização. **q. Passivos circulares e exigíveis a longo prazo:** **Depósitos e demais instrumentos financeiros: Captações no mercado aberto, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *“pró rata”* dia. **Demais passivos circulares e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **r. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

com objetivo evitar interrupções de atividades e oferecer segurança aos clientes com relação à capacidade de liquidação de suas operações, além de mitigar graves perdas decorrentes de risco operacional. Esses objetivos são alcançados através do plano de continuidade de negócios, que descreve as estratégias a serem adotadas diante de incidentes e eventuais crises, considerando também os serviços relevantes prestados por terceiros. **(v) Risco de crédito** – É o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador. A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco do Banco. No gerenciamento do Risco de Crédito, são utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração, acompanhamento e análise revidual, considerando as concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas, setores de atividades, porte de cliente, indicadores de inadimplência e de recuperação de crédito, coberturas securitárias e garantias. Realização de simulações de condições adversas (testes de estresse), considerando as alterações das condições de mercado e liquidez, se for o caso. **(vi) Risco de liquidez** – É definido como a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar exigências de suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Banco adota limites de caixa mínimo, que ainda no limite de suporte para manutenção de suas atividades normais, com plano de contingência para eventuais ocorrências de desequilíbrio monetário. A estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, complexidade e dimensão da exposição ao risco de liquidez. O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse. **(vii) Risco de Mercado** – É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços das mercadorias (*commodities*). O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades de mensuração e avaliação do risco, monitoramento dos cenários de estresse, reporte de risco para os responsáveis, e apoio no lançamento de novos produtos com segurança. A gestão do risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação (Bancaária), de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução BCB nº 111/2011. A Carteira de Negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, realizadas com intenção de negociação. A Carteira de Não Negociação é composta pelas operações realizadas sem a intenção de negociação. O gerenciamento deste risco está atrelado a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garantindo que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo controladora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco e supervisionado e controlado de maneira eficaz, identificando e quantificando as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo. São utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações a exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias, prevendo os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários. Este risco é administrado pelas técnicas de avaliação de riscos tradicionais, o VAR (*Value at Risk*), cenários de estresse e análise de sensibilidade. Testes de aderência (*backtest*) são efetuados regularmente a fim de se verificar a eficácia dos modelos e metodologias adotados. **b. Risco Socioambiental e Climático:** Entende-se como risco social, ambiental e climático a possibilidade de ocorrência de perdas diretas e indiretas decorrentes dos danos por eles produzidos. O Ouribank reconhece a existência de riscos sociais, ambientais e climáticos, os quais são considerados como um componente das diversas modalidades de risco a que está exposto. As rotinas e procedimentos existentes no Ouribank são capazes de identificar, avaliar, gerenciar, mitigar e monitorar os riscos dos produtos, serviços, e atividades priorizadas, as quais são definidas a partir dos princípios da Relevância e Proporcionalidade. **c. Análise de sensibilidade:** Para efeito da análise da sensibilidade foram realizadas três simulações em cenários distintos para as principais atividades do Banco: instrumentos financeiros e derivativos cambial “Hedge”. O efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir: Cenário I - Situação considera uma deterioração de 1%, na variável de risco, que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade; Cenário II - Situação com deterioração de, pelo menos, 25%, na variável de risco considerada; Cenário III - Situação com deterioração de, pelo menos, 50%, na variável de risco considerada; As operações de câmbio foram recalculadas com base na soma residual das operações de câmbio do ativo e passivo, considerando sua exposição cambial em 31 de dezembro de 2025, aplicando as taxas de câmbio de cenários I, II e III. Os instrumentos financeiros são representados pela soma residual dos instrumentos financeiros do ativo e passivo, para metodologia de choques nas taxas de juros (SELIC, DI, IPCA e IGP/M). Abaixo são demonstradas as variações apresentadas nas carteiras para cada cenário.

c. Composição da carteira, situação e faixa de vencimento

Carteira	C1	C2	C3	C4	C5	Saldo Contábil	% Sobre Total	31/12/2025
Curso normal e vencidos até 14 dias	169.674	501.375	335.096	155.880	34.270	1.196.295	56,48%	1.173
Vencidos 15 a 30 dias	2.251	193	4.613	-	1.536	8.583	0,72%	1.173
Vencidos 31 a 60 dias	4.489	-	3.422	-	210	8.121	0,65%	7.024
Vencidos 61 a 90 dias	10.390	-	-	-	-	10.390	0,84%	-
Vencidos 90 a 120 dias	877	-	-	-	-	877	0,07%	-
Total	187.981	501.568	343.131	155.880	36.016	1.224.576		
Parcelas em Ativos Problemático	11.734	-	3.049	-	602	15.385	1,24%	
Total	199.715	501.568	346.180	155.880	36.618	1.239.961	100,00%	

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas Esperadas Adicionais	Perdas Esperadas Incorridas	Total Perda Esperada	31/12/2025
C1	Ativos não problemáticos	169.674	18.307	187.981	3.186	206	3.392	1.173
C2	Ativos não problemáticos inadimplidos	-	11.734	11.734	-	1.173	1.173	7.024
C2	Ativos não problemáticos	501.375	193	501.568	7.024	-	-	-
C3	Ativos não problemáticos	335.096	8.035	343.131	6.912	-	6.912	-
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	3.049	3.049	-	1.485	1.485	-
C4	Ativos não problemáticos	155.880	-	155.880	2.962	-	2.962	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	34.270	1.746	36.016	742	-	742	-
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	-	602	602	-	380	380	-
Total		1.196.295	43.666	1.239.961	20.826	3.244	24.070	

e. Resultado das operações de crédito

Operações de Crédito	2º Sem/2025	31/12/2025
Rendas de Empréstimos	21.237	40.464
Rendas de direitos Creditórios	2.030	5.942
Rendas de Financiamentos	3.321	3.668
Rendas de Financiamentos de Moedas Estrangeiras	1.612	2.779
Rendas de Financiamentos Habitacionais	2.464	4.146
Outras Despesas Com Características de Crédito		
Descontos concedidos em renegociação	(3)	(109)
Despesas cambial sobre aquisição de recebíveis mercado internacional	(3)	(2.103)
Total	30.588	54.787

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025
Saldo no Início do Exercício	(6.784)
Baixas de operações para prejuízo	1.326
Constituição da provisão para perdas esperadas	(16.612)
Saldo no Final do Exercício	(24.070)

g. Garantias: O saldo refere-se a carteira de crédito em garantias de 91% pelos instrumentos: seguros de crédito, garantias fedisjurídicas, alienação fiduciária e cessão de direitos creditórios de aplicações financeiras de renda fixa e variável.

12. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO (“CA”)

	31/12/2025
Serviços Prestados a Receber	4.283
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias	57.613
Adiantamentos e Antecipações Salariais	949
Devedores por Depósitos em Garantia	91
Impostos e Contribuições a Compensar	34.659
Devedores Diversos - País	11.862
Total	109.557
Circulante	109.557
Não circulante	-

a. Resultado de operações de câmbio

	2º Sem/2025	31/12/2025
Resultado com Variação Cambial	191.891	521.055
Resultado com Bancos no exterior	341.360	511.379
Resultado com Ordem a cumprir	(49.804)	105.749
Outras Despesas	4.455	4.370
Total	487.902	1.142.553

13. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	31/12/2025
Crédito Tributário	(37.558)
Total	(37.558)

a. Créditos tributários: Os créditos tributários são decorrentes de diferenças temporárias. Caracterizam-se como diferenças temporárias as despesas apropriadas no semestre e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real. A realização dos créditos tributários está vinculada ao vencimento das operações em data futura.

b. Movimentação de crédito tributário de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2025
Crédito Tributário	Ativo	Ativo
Correspondentes	- 6.920	- 6.920
Prejuízo com Operações de Crédito	- 597	- 597
Marcação a Mercado - DI/DDI	30.110	(26.813)
Títulos e valores mobiliários	200	(200)
Operações em Swap	500	489
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.121	6.246
Correspondentes	6.920	6.920
Prejuízo com Operações de Crédito	597	280
Marcação a Mercado - DI/DDI	3.288	2.564
Operações em Swap	14	256
Provisão para outros pagamentos	-	-
Total	17.464	47.253

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram no valor de R\$ 37.558. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 33.076 descontadas a taxa de média da Selic projetada. O monitorando as suas estimativas e julgamentos contábeis, bem como as políticas contábeis relacionadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não há créditos tributários não ativados. **c. Realização de crédito tributário:** A realização dos créditos tributários está vinculada ao vencimento de cada operação ou expectativa de realização futura com liquidação e baixa dos ativos, conforme demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2025
Crédito Tributário	Ativo	Ativo
Correspondentes	- 6.920	- 6.920
Prejuízo com Operações de Crédito	- 597	- 597
Marcação a Mercado - DI/DDI	3.288	2.988
Operações em Swap	989	989
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	10.021	10.021
Remuneração	563	304
Remuneração	14.606	-
Provisão para outros pagamentos	270	-
Total	37.254	304

14. OUTROS VALORES E BENS

	31/12/2025
Ativo em Duro	7.822
Despesas Antecipadas	1.345
Seguros a Apropriar	238
Total	9.405

15. IMOBILIZADO DE USO

	31/12/2025
(-) Depreciações	Valor
Custo	Acumuladas
Residual	Residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.944 (1.303) 641
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	968 (579) 389
Sistemas de Processamento de Dados	5.413 (3.622) 1.791
Total	8.325 (5.504) 2.821

16. INTANGÍVEL

	31/12/2025
(-) Amortização	Valor
Custo	Acumuladas
Residual	Residual
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	26.316 (10.218) 16.098
Total	26.316 (10.218) 16.098

17. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO (“CA”)

a. Depósitos ao Custo Amortizado (“CA”)

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	290.859	-	-	-	290.859
Depósitos Interfinanceiros	87.967	-	-	-	87.967
Depósitos a prazo – Pós e Pré fixado (a)	-	147.877	478.431	954.037	1.580.345
Contas correntes em moedas estrangeiras	55.682	-	-	-	55.682
Total	434.588	147.877	478.431	954.037	2.014.853

O Banco possuía em 31/12/2025 o saldo de R\$ 265.031 em CDBs livres com liquidez diária. O montante de R\$ 1.580.345 mil está líquido de R\$ 1.646 mil referentes a comissões sobre depósitos a prazo, emitidos pelo Ouribank, que são disponibilizados em plataformas de outras Instituições Financeiras.

b. Despesas com Captação

	2º Sem/2025	31/12/2025
Depósitos Interfinanceiros	(5.352)	(6.980)
Depósitos a Prazo	(95.828)	(168.267)
Operações Compromissadas	(1.095)	(1.468)
Letras de Crédito Imobiliário	(1.056)	(1.746)
Letras Financeiras	(784)	(1.862)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(850)	(2.065)
Repasses Interfinanceiros	(2.429)	(3.563)
Total	(107.394)	(185.951)

18. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS AO CUSTO AMORTIZADO (“CA”)

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Letra Financeira do Tesouro	16.844	-	16.844
Debêntures	20.744	2.348	23.092
Total	37.588	2.348	39.936

19. OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA AO CUSTO AMORTIZADO (“CA”)

	31/12/2025			
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Letra de Crédito Imobiliário - Pré	3.365	-	-	3.365
Letra de Crédito Imobiliário - Pós	6.427	6.604	2.169	15.200
Letra Financeira Subordinada	-	-	17.056	17.056
Total	9.792	6.604	19.225	35.621

20. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS AO CUSTO AMORTIZADO (“CA”)

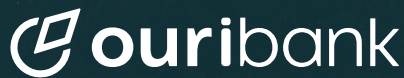
O saldo refere-se a conta de correspondentes de R\$ 177, sendo esse montante classificado como circulante.

21. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS - ORDENS DE PAGAMENTO AO CUSTO AMORTIZADO (“CA”)

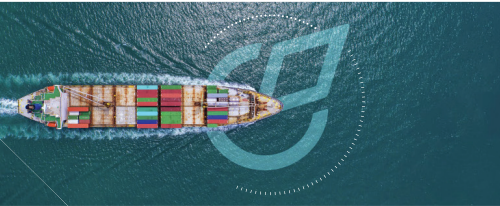
As ordens de pagamento no exterior a cumprir totalizou R\$ 518.820, sendo esse montante classificado como circulante.

6. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura do Gerenciamento de Risco do Banco é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas aprovadas e aprovadas pela alta Administração. Os papéis e responsabilidades de cada parte participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão Integrada de Riscos. Em 23 de fevereiro de 2017, o BACEN publicou a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e do programa de teste de estresse, e a indicação do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência. A declaração de apetite por risco consiste nos tipos de risco e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir, bem como a capacidade de gerenciar os riscos de forma efetiva e prudente. A alta Administração é responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando com o apoio do Chief Risk Officer (CRO). As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado à alta Administração e orienta a tomada das medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. **a. Controles de gerenciamento de risco:** As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Banco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa: **• 1ª linha de defesa** – representada por todos os colaboradores das áreas, enquanto proprietários diretos dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias em conformidade com as Políticas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Controles Internos e Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Relacionamento com Cliente e o Código de Ética. **• 2ª linha de defesa** – representada pelas áreas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Controles Internos e Compliance, responsáveis por auxiliar a primeira linha de defesa na identificação dos riscos e sua mitigação, assegurando que os processos sejam cumpridos em conformidade com as leis regulamente internas e externas, bem como a legislação aplicável. **• 3ª linha de defesa** – representada pela Auditoria Interna, que tem como função avaliar de modo eficiente as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribuir para a qualidade e efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança das áreas por meio de uma avaliação independente, autônoma e imparcial. O Banco utiliza sistemas automatizados e robustos para atendimento aos regulamentos de capital, bem como para a mensuração de riscos. O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza: **(i) Risco operacional** – A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com o objetivo de envolver e atribuir responsabilidades aos profissionais na gestão de risco operacional, o Banco dispõe de comitês de controle dos riscos de Compliance e Riscos em todas as áreas, permitindo a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco operacional de maneira descentralizada, contínua e tempestiva, favorecendo uma ação compartilhada e multidisciplinar, na qual os especialistas do processo desempenham importante papel



OURIBANK S.A. BANCO MÚLTIPLO
CNPJ: 78.632.767/0001-20



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais

31. OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS

	2º SEM/2025	31/12/2025
Resultado em Exportações	2.413	7.401
Resultado com Variação Cambial	553	(373)
Recuperação de Encargos e Despesas	14.546	15.735
Rendas de Aplicações no Exterior	-	460
Resultado de Ativos Não Financeiros	2.848	8.369
Riscos Operacionais	(286)	(1.441)
Outras Receitas	(167)	(465)
Total	19.907	29.686

...continuação

	31/12/2025
Parcela de risco operacional	40.734
Total do ativo ponderado pelo risco	2.452.650
Índice de Basileia	15,83%

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05 (R1). Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Ouribank e demais empresas ligadas. Os principais saldos e resultados das transações com partes relacionadas foram:

		31/12/2025	
Partes Relacionadas		Ativos / (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Pessoa Física	Depósito a vista	(339)	-
Pessoa Física	Certificado de Depósito Bancário	110.478	(5.208)
Pessoa Física	Letra de Crédito Imobiliário	3.575	-

		31/12/2025	
Partes Relacionadas		Ativos / (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Ourinvest Investimentos - Holding Financeira Ltda.	Depósito a vista	(5)	-
Ourinvest Investimentos - Holding Financeira S.A.	Depósito a vista	(73)	-
Global Power Pagamentos Digitais Ltda	Operações	(4)	(216)
	Debêntures	1.099	(3)
Ourinvest Participações S/A	Certificado de Depósito Bancário	6.665	(200)
Sphere Holding S.A.	Certificado de Depósito Bancário	1.134	(867)
Total		122.529	(6.494)

Outras partes relacionadas - pessoal-chave da administração e seus familiares: A remuneração dos Diretores totalizou R\$ 13.254. O Ouribank não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

34. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

O Ouribank é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos de terceiros cujo ativo total em R\$ 10.068.909 registrado em contas de compensação. Em 31 de dezembro de

2025, possuía cotas do fundo imobiliário do Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística que não possuem característica de fundos exclusivos.

35. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 2.774.239. (b) A cobertura de seguros contratados considera os riscos corporativos de R\$ 20.000; seguro para operações de crédito de R\$ 252.875, riscos de ocupação de R\$ 16.896, seguros de veículos de R\$ 100, seguro cibernético de R\$ 10.000 e seguro patrimonial de R\$ 72.303. (c) Não temos por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações. (d) Os avais e fianças vinculadas a contratos de locações em garantia de R\$ 12.517, com a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 178.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Reforma Tributária: Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma do sistema de tributos sobre o consumo no Brasil, incluindo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Administração vem acompanhando os desdobramentos regulatórios e avaliando os potenciais impactos sobre suas operações, resultados e posição financeira. Até a presente data, considerando que a regulamentação infraconstitucional ainda se encontra em fase de definição e que a implementação ocorrerá de forma gradual ao longo dos próximos exercícios.

A DIRETORIA

MÁRCIO FELICIAN BRAVI - Contador CRC 1SP-291607/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores do Ouribank S.A. Banco Múltiplo São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Ouribank S.A. Banco Múltiplo (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis do Ouribank S.A. Banco Múltiplo (Banco), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

tadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

nistração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP - 014428/O-6

Luciana Liberal Samia
Contadora CRC 1SP-198502/O-8

WWW.OURIBANK.COM

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 30/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/30/OuribankSA1588485330032026.pdf>
Hash: 1774647240e8a500842f14423aad9b51c8d2993b54